

A PSICOLOGIA E AS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO TEÓRICO

PSYCHOLOGY AND POSSIBILITIES FOR PRACTICE IN EDUCATION: A
THEORETICAL STUDY

Ciências Humanas • 28/08/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/787896343](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/787896343)

Giovana Da Silva Francisco¹

Lawany Fernanda Francisco da Cunha²

Nathalia Maria Bompani Franco³

Daniela Emilena Santiago⁴

RESUMO

Este trabalho analisa a articulação entre a Psicologia Escolar e a Psicologia Social no Brasil. O estudo situa-se no cenário da Educação Básica brasileira contemporânea e busca investigar a transição das práticas psicológicas tradicionais para modelos socialmente comprometidos. A análise justifica-se pela necessidade de superar a herança de intervenções clínico-individuais, medicalizantes e excludentes que historicamente desconsideraram os fatores socioeconômicos e políticos no fracasso escolar. Metodologicamente, realiza-se uma revisão bibliográfica e documental de caráter crítico e dialético, integrando as dimensões individuais e institucionais sob a ótica da Psicologia Social Crítica e da perspectiva histórico-cultural. O resultado final evidencia que a atuação do psicólogo escolar deve consolidar-se como uma prática ética e política, transcendendo o diagnóstico técnico para atuar como mediador das relações humanas. Conclui-se que o profissional atua como agente de transformação social, inserido no projeto político-pedagógico para enfrentar desigualdades e garantir o direito à educação inclusiva e emancipadora.

Palavras-chave: Psicologia Escolar; Psicologia Social Crítica; Educação Básica; Atuação Profissional; Direitos Humanos.

ABSTRACT

This study analyzes the link between School Psychology and Social Psychology in Brazil. Set within the context of contemporary Brazilian Basic Education, it investigates the transition from traditional psychological practices toward socially committed models. The analysis is justified by the need to overcome a legacy of individual-clinical, medicalizing, and exclusionary interventions that have historically disregarded socioeconomic and political factors in school failure. Methodologically, a critical and dialectical

bibliographic and documentary review was conducted, integrating individual and institutional dimensions through the lenses of Critical Social Psychology and the historical-cultural perspective. The final results demonstrate that the school psychologist's practice must consolidate as an ethical and political endeavor, moving beyond technical diagnosis to act as a mediator of human relations. It is concluded that the professional serves as an agent of social transformation, integrated into the political-pedagogical project to confront inequalities and ensure the right to inclusive and emancipatory education.

Keywords: School Psychology; Critical Social Psychology; Basic Education; Professional Practice; Human Rights.

INTRODUÇÃO

A Psicologia, enquanto ciência e profissão, vem se expandindo e consolidando seu papel social em diferentes contextos institucionais, especialmente na área educacional. A escola, por sua natureza complexa e multifacetada, constitui um espaço privilegiado para o estudo e a intervenção psicológica, pois nela se manifestam fenômenos individuais, coletivos, culturais e sociais. Dentro desse cenário, a Psicologia Social oferece uma base teórica essencial para compreender o sujeito em sua dimensão histórica e relacional, propondo uma prática que ultrapassa o atendimento individualizado e se volta à transformação das condições concretas que afetam a aprendizagem e o desenvolvimento humano.

A presente análise busca discutir como a articulação entre a Psicologia Escolar e a Psicologia Social tem sido construída e defendida na literatura e em documentos oficiais da área. Para isso, foram analisados três materiais de referência: o artigo “Psicologia

Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: algumas reflexões” (Dias, Patias & Abaid, 2014), o artigo “Psicologia escolar e psicologia social: articulações que encontram o sujeito histórico no contexto escolar” (Alves & Silva, 2006) e o documento do Conselho Federal de Psicologia (2019), “Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica”. A partir da leitura crítica desses textos, é possível refletir sobre os desafios e as possibilidades de uma atuação psicológica na educação que seja ética, contextualizada e socialmente comprometida.

Na perspectiva de Dias, Patias e Abaid (2014), a Psicologia Escolar é uma área tradicional da profissão de psicólogo no Brasil, mas ainda em construção, marcada por contradições históricas e por críticas às práticas hegemônicas centradas no aluno e em sua família. As autoras apontam que, por muito tempo, o psicólogo escolar foi identificado principalmente com a função de psicometrista, aplicando testes, produzindo laudos e classificando estudantes, enquanto fatores sociais, econômicos, políticos, institucionais e pedagógicos que atravessam o fracasso escolar eram pouco considerados. Esse percurso histórico ajuda a compreender o porquê ainda hoje convivem, no cotidiano das escolas, intervenções de cunho clínico-individual, medicalizantes e excludentes, ao lado de propostas mais amplas e transformadoras (Dias; Patias; Abaid, 2014).

No texto de Alves e Silva (2006), a Psicologia Escolar é situada como um campo de atuação que, por sua própria natureza, articula dimensões individuais, sociais, institucionais e culturais, exigindo do psicólogo uma postura capaz de integrar diferentes referenciais teóricos e metodológicos. Os autores defendem que a aproximação com a Psicologia Social Crítica permite compreender a escola como

espaço atravessado por contradições históricas e de classe, no qual se produzem tanto processos de exclusão quanto possibilidades de emancipação. Nessa direção, a noção de sujeito histórico torna-se central para a análise das práticas escolares e para a formulação de intervenções que considerem, simultaneamente, subjetividade e condições concretas de existência (Alves; Silva, 2006).

Já o documento do Conselho Federal de Psicologia (2019) insere a atuação do psicólogo na Educação Básica no campo das políticas públicas e dos direitos humanos, concebendo a educação como direito fundamental e a escola como espaço estratégico na luta contra as desigualdades sociais. Na apresentação da 2ª edição, o CFP destaca que o documento “procura abordar a educação básica como direito humano fundamental, em uma perspectiva crítica, pautada na diversidade humana e protagonista nos enfrentamentos a preconceitos, racismos, pobreza e distribuição de renda” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019, p. 8). Assim, desde a introdução, o texto convoca o psicólogo a assumir uma prática que supere explicações individualizantes e que se comprometa com a defesa da educação pública, gratuita, laica, de qualidade social e inclusiva.

PSICOLOGIA ESCOLAR: UMA PRÁTICA SOCIAL E CRÍTICA

A Psicologia Social, enquanto campo de conhecimento e prática, tem como um de seus pilares o reconhecimento de que o sujeito se constitui nas relações sociais e históricas. A análise dos textos “Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: algumas reflexões” (Dias, Patias & Abaid, 2014), “Psicologia escolar e psicologia social: articulações que encontram o sujeito histórico no contexto escolar” (Alves & Silva, 2006) e o documento do Conselho

Federal de Psicologia (2019), “Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica”, revela um diálogo consistente com essa perspectiva, ao enfatizarem a necessidade de uma atuação crítica, contextualizada e socialmente comprometida do psicólogo no campo educacional.

Nessa mesma direção, o CFP (2019) explicita que a contribuição da Psicologia para a educação passa, necessariamente, pelo enfrentamento de leituras restritivas dos problemas escolares. Ao tratar da atuação da(o) psicóloga(o) na Educação Básica, o documento afirma que “a Psicologia tem importantes contribuições na superação de análises individualizantes e medicalizantes, pautando reflexões acerca da complexidade das relações sociais que incidem nos processos de aprendizagem” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019, p. 9). Esse enunciado reforça a necessidade de articular Psicologia Escolar e Psicologia Social: compreender o estudante apenas a partir de características individuais significa desconsiderar desigualdades de classe, raça, gênero e território que atravessam a escola e produzem diferentes formas de sofrimento e exclusão.

Os três documentos analisados convergem em uma compreensão ampliada e crítica do papel do psicólogo na educação brasileira. Em comum, os textos defendem que a Psicologia Escolar deve romper com a lógica tradicional centrada na avaliação individual e na medicalização dos comportamentos, propondo uma prática que valorize o contexto social, a coletividade e as relações institucionais. A educação é entendida como um campo de formação humana, cultural e política, e o psicólogo é visto como agente de transformação social, que atua de maneira integrada e reflexiva dentro da escola.

No âmbito das políticas públicas, o CFP (2019) destaca ainda que as Referências Técnicas se propõem a orientar a prática profissional de modo articulado à legislação educacional e ao projeto ético-político da Psicologia. O próprio documento explicita que “as Referências Técnicas têm por objetivo subsidiar a atuação de psicólogas(os) na Educação Básica pautando-se nas diretrizes da Política Nacional de Educação e nos preceitos teóricos e éticos da Psicologia” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019, p. 21). Desse modo, a atuação do psicólogo escolar não se restringe ao âmbito técnico, mas envolve escolhas políticas, concepções de educação e de sociedade, bem como o compromisso com a garantia de direitos de crianças, adolescentes, famílias e trabalhadores da educação.

O documento do Conselho Federal de Psicologia (2019) estabelece diretrizes éticas e políticas para a atuação do psicólogo na Educação Básica, defendendo que seu trabalho seja orientado pelos princípios dos direitos humanos, da diversidade, da equidade e da inclusão. O texto enfatiza que o psicólogo deve compreender a escola como espaço de convivência e de produção de subjetividades, no qual as desigualdades e os preconceitos também se manifestam. Assim, o profissional é chamado a desenvolver práticas que não apenas atendam a demandas individuais, mas que contribuam para a transformação das relações escolares e das estruturas institucionais que produzem exclusão. A proposta do CFP reconhece a complexidade do ambiente escolar e convoca o psicólogo a assumir uma postura crítica, capaz de identificar as forças sociais e culturais que atravessam o processo educativo e interferem no desenvolvimento dos estudantes.

Além disso, os dados apresentados pela pesquisa do CREPOP, sistematizada no mesmo documento, mostram que a inserção do

psicólogo na educação básica é relativamente recente e marcada por desafios. A maioria das(os) profissionais respondentes era composta por mulheres, com poucos anos de atuação na educação e remuneração ainda limitada, o que revela condições de trabalho muitas vezes precárias e instáveis (Conselho Federal de Psicologia, 2019). Esses elementos contextuais ajudam a compreender por que ainda persiste, em muitas redes de ensino, uma expectativa de que o psicólogo realize um trabalho essencialmente clínico, centrado em diagnósticos individuais e em encaminhamentos, o que o documento explicita ao mencionar a necessidade de desvincular a imagem da(o) psicóloga(o) escolar de uma prática exclusivamente terapêutica.

Esse entendimento é complementado pelas reflexões de Dias, Patias e Abaid (2013), que analisam a trajetória da Psicologia Escolar no Brasil e apontam as limitações de uma prática voltada apenas à identificação de dificuldades de aprendizagem e à aplicação de testes psicológicos. As autoras argumentam que a atuação do psicólogo deve ir além do diagnóstico e se configurar como um trabalho de mediação, cooperação e escuta. O foco passa a ser a promoção de ambientes escolares saudáveis, o apoio às relações interpessoais e o fortalecimento das práticas pedagógicas. Ao defenderem uma atuação interdisciplinar, as autoras ressaltam a importância de o psicólogo trabalhar junto aos professores e à equipe pedagógica, construindo estratégias coletivas que favoreçam o desenvolvimento integral dos alunos. Essa proposta se aproxima da concepção histórico-cultural de Vygotsky, segundo a qual o aprendizado ocorre nas interações e é mediado pelas trocas sociais e culturais.

Na discussão que fazem sobre a formação e a identidade profissional, Dias, Patias e Abaid (2014) também chamam atenção para o fato de que a área escolar ainda recebe menor visibilidade em comparação com outras especialidades da Psicologia, como a clínica e a organizacional. As autoras indicam que muitos profissionais que atuam em escolas ainda reproduzem modelos tradicionais de atendimento, frequentemente realizados em consultórios ou espaços isolados da dinâmica escolar, sem um conhecimento aprofundado sobre o cotidiano das salas de aula, das relações entre professores e estudantes ou das condições materiais da escola. Por isso, defendem que o psicólogo escolar se aproxime dos diferentes atores da comunidade escolar, como gestores, docentes, funcionários, estudantes e famílias, e desenvolva intervenções coletivas, preventivas e promotoras de desenvolvimento, em vez de se limitar ao atendimento individual de “casos” (Dias; Patias; Abaid, 2014).

Por outro lado, o texto de Tavares e Souza (2006) aprofunda o diálogo entre a Psicologia Escolar e a Psicologia Social, destacando que o sujeito escolar deve ser compreendido como um ser histórico, social e cultural, constituído pelas condições concretas de existência. As autoras criticam o papel do psicólogo como mero ajustador de comportamentos e propõem que sua atuação seja voltada à análise das contradições presentes na escola. Ao articular a dimensão social da Psicologia, Tavares e Souza enfatizam que a intervenção deve considerar as relações de poder, as desigualdades e os conflitos que atravessam o cotidiano escolar. Essa perspectiva aproxima-se das contribuições de Silvia Lane e Anna Bock, que defendem uma Psicologia comprometida com a transformação da realidade e com o fortalecimento da consciência crítica. Assim, o psicólogo não atua apenas para adaptar o indivíduo à instituição, mas para promover

reflexões coletivas sobre o sentido da educação e sobre os processos que produzem sofrimento e exclusão.

As reflexões apresentadas por Alves e Silva (2006) ajudam a explicitar o que significa, na prática, articular Psicologia Escolar e Psicologia Social em torno da ideia de sujeito histórico. Os autores lembram que a psicologia escolar, quando reduzida a uma leitura individualizante, perde de vista a complexidade das relações que constituem o cotidiano da escola. Por isso, defendem que “a psicologia escolar, portanto, é vista como um campo de atuação que articula diversas dimensões: individual, social, institucional e cultural, um palco de muitas controvérsias, na qual se encontram, basicamente, de um lado, as necessidades identificadas nesse universo e, de outro, a capacidade de produzir respostas e intervenções satisfatórias voltadas para o saneamento das demandas que tais campos criam” (Alves; Silva, 2006, p. 190). Ao destacar essa articulação, o texto aponta para a necessidade de um olhar dialético, capaz de integrar o singular e o coletivo, o objetivo e o subjetivo, as experiências concretas e as representações simbólicas que circulam na escola.

A leitura conjunta dos três textos permite identificar uma série de pontos de convergência. Todos ressaltam que o psicólogo escolar deve abandonar o papel de técnico isolado e assumir uma postura participativa, que envolva o diálogo com professores, estudantes, gestores e famílias. A ênfase está em compreender o contexto educacional como um sistema dinâmico, atravessado por dimensões históricas, econômicas e culturais que influenciam diretamente o comportamento e o desenvolvimento humano. Além disso, os documentos concordam que o trabalho do psicólogo deve ter caráter preventivo, voltado à promoção de saúde mental, ao

fortalecimento dos vínculos afetivos e ao enfrentamento das desigualdades sociais que se manifestam na escola.

Nesse ponto, as Referências Técnicas do CFP (2019) são particularmente claras ao sublinhar que não se trata apenas de inserir um novo profissional na escola, mas de redefinir modos de compreender e enfrentar as problemáticas educacionais. O documento descreve experiências concretas de psicólogos que atuam na educação básica em diferentes regiões do país, mostrando que muitos desenvolvem ações de formação de professores, acompanhamento de projetos pedagógicos, atendimento a famílias e articulação com outras políticas públicas, como saúde e assistência social (Conselho Federal de Psicologia, 2019). Tal descrição reforça a ideia de que a atuação do psicólogo escolar deve ser transversal ao projeto político-pedagógico da instituição, contribuindo para a construção de práticas inclusivas e para o questionamento de mecanismos institucionais de discriminação e segregação.

Outro ponto relevante destacado nos textos é a necessidade de o psicólogo escolar reconhecer o caráter político de sua atuação. O CFP (2019) enfatiza que a educação é um direito humano e que o profissional da Psicologia deve contribuir para garantir esse direito em sua plenitude. Já Tavares e Souza (2006) reforçam que o psicólogo deve estar atento às ideologias que permeiam o ambiente escolar, evitando práticas que reforcem a naturalização das diferenças ou a culpabilização do aluno por seu desempenho. Esse compromisso ético e político também é ressaltado por Dias, Patias e Abaid (2013), quando defendem que o psicólogo precisa intervir de forma contextualizada, considerando as condições sociais e institucionais que impactam o processo educativo.

Ao integrar as contribuições desses três documentos, percebe-se que o papel do psicólogo na educação brasileira está em constante reconstrução. Sua função ultrapassa a intervenção individual e assume caráter coletivo, crítico e reflexivo. O psicólogo escolar torna-se um mediador das relações humanas, um articulador entre diferentes saberes e um promotor de espaços de diálogo e escuta. Ao reconhecer o sujeito em sua totalidade e a escola como um espaço de formação cidadã, sua atuação ganha um sentido social e político mais amplo, comprometido com a emancipação e com a transformação da realidade educacional. Essa visão reforça a ideia de que a Psicologia Escolar, quando fundamentada em princípios sociais e históricos, pode contribuir efetivamente para a construção de uma educação democrática, inclusiva e humanizadora.

Nesse cenário, a articulação entre Psicologia Escolar e Psicologia Social, defendida por Alves e Silva (2006), implica também repensar as estratégias de intervenção psicossocial no interior da escola. Os autores apontam que cabe ao psicólogo escolar desenvolver ações que considerem as relações de poder, os conflitos de classe e as formas de opressão presentes no cotidiano, criando espaços coletivos de reflexão nos quais estudantes, professores, famílias e demais trabalhadores possam problematizar experiências de violência, preconceito, racismo, desigualdade de gênero e exclusão social. Tais propostas dialogam com as orientações do CFP (2019), que enfatiza a importância de práticas que questionem discursos medicalizantes e que promovam a participação da comunidade escolar nos processos decisórios e na construção do projeto político-pedagógico.

Por fim, é importante destacar que os três textos também convergem na defesa de uma Psicologia Escolar que assuma,

simultaneamente, funções de intervenção e de produção de conhecimento. Dias, Patias e Abaid (2014) sublinham a necessidade de pesquisas que tomem o contexto escolar brasileiro como referência, evitando a simples importação de modelos estrangeiros; Alves e Silva (2006) propõem que o psicólogo escolar atue como pesquisador de sua própria prática, utilizando instrumentos teórico-metodológicos diversos para compreender os fenômenos psicossociais da escola; e o CFP (2019) sistematiza experiências de profissionais em diferentes redes, oferecendo subsídios para que novas investigações e práticas possam ser continuamente avaliadas e transformadas.

CONCLUSÃO

As análises dos textos revelam um movimento comum de resignificação da Psicologia Escolar, que passa a ser compreendida como prática social, ética e política. Inspirados pelas perspectivas de Vygotsky, Piaget, Silvia Lane e Anna Bock, os documentos destacam que o sujeito se constitui nas relações sociais e que a aprendizagem é um processo histórico e mediado. Essa compreensão desloca o foco do psicólogo da dimensão individual para o coletivo, fazendo da escola um espaço privilegiado de produção de sentidos e transformação.

Nessa direção, o psicólogo escolar é convocado a atuar como agente de mediação e mudança, capaz de promover o diálogo, fortalecer vínculos e contribuir para a construção de práticas educativas inclusivas e emancipadoras. Mais do que intervir sobre comportamentos, sua função é provocar reflexão crítica sobre as condições sociais, culturais e institucionais que moldam a experiência escolar.

Assim, a Psicologia Escolar e a Psicologia Social encontram-se no compromisso de transformar a escola em um ambiente de desenvolvimento humano e de cidadania. A atuação do psicólogo, fundamentada em princípios éticos e em uma visão de sujeito histórico, torna-se instrumento de promoção da justiça social e de fortalecimento da consciência coletiva.

As contribuições de Dias, Patias e Abaid (2014), de Alves e Silva (2006) e do Conselho Federal de Psicologia (2019) indicam, de forma convergente, que esse compromisso exige também a revisão de práticas profissionais e de processos formativos. É necessário que a formação inicial e continuada em Psicologia incorpore, de modo sistemático, discussões sobre políticas educacionais, direitos humanos, relações de poder na escola e desigualdades sociais, de modo que futuros psicólogos possam reconhecer na educação um campo privilegiado de atuação política e de produção de conhecimento crítico.

Do ponto de vista institucional, os documentos analisados apontam que a consolidação de uma Psicologia Escolar socialmente comprometida depende da ampliação de espaços de trabalho nas redes de ensino, da melhoria das condições de atuação e da construção de equipes multiprofissionais capazes de desenvolver projetos coletivos. Ao mesmo tempo, reforçam que não basta criar cargos ou funções: é preciso que o lugar do psicólogo na escola seja constantemente debatido, para que não seja reduzido ao atendimento individual nem a uma função meramente burocrática, mas se configure como prática transversal ao projeto pedagógico, articulada às lutas pela democratização da educação.

Desse modo, a articulação entre Psicologia Escolar e Psicologia Social, tal como formulada nos textos aqui discutidos, oferece um horizonte teórico e prático no qual o psicólogo escolar se reconhece como sujeito histórico e político, implicado nas contradições e nas possibilidades da escola pública brasileira. Ao assumir esse lugar, pode contribuir para que a educação básica se realize, de fato, como direito humano fundamental, em consonância com a orientação do CFP de que a Psicologia atue “na superação de análises individualizantes e medicalizantes” e na promoção de práticas que enfrentem preconceitos, racismos, pobreza e desigualdades (Conselho Federal de Psicologia, 2019, p. 8–9).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica**. Edição revisada. Brasília: CFP, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA_web.pdf. Acesso em: 29 out. 2025.

DIAS, Ana Cristina Garcia; PATIAS, Naiana Dapieve; ABAID, Josiane Lieberknecht Wathier. Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: algumas reflexões. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 575-582, dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/kFwV6k4ThTqNSNpp6NYmPft/?lang=pt>. Acesso em: 29 out. 2025.

TAVARES, Maria; SOUZA, V. L. T. Psicologia escolar e psicologia social: articulações que encontram o sujeito histórico no contexto escolar. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 23, p. 77-88, dez. 2006. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?>

¹ Discente do Curso Superior de Psicologia do Instituto de Ciências Humanas da UNIP, Campus Assis. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Discente do Curso Superior de Psicologia do Instituto de Ciências Humanas da UNIP, Campus Assis. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Discente do Curso Superior de Psicologia do Instituto de Ciências Humanas da UNIP, Campus Assis. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ Docente do Curso Superior de Psicologia do Instituto de Ciências Humanas da UNIP, Campus Assis. Mestre em Psicologia pela Unesp de Assis, Mestre em História pela Unesp de Assis e Doutora em História pela Unesp de Assis. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)